



**RACISMO ESTRUTURAL E GESTÃO DE CONFLITOS INSTITUCIONAIS: EDUCAÇÃO,
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ARARAQUARA (SP)**
STRUCTURAL RACISM AND THE MANAGEMENT OF INSTITUTIONAL CONFLICTS: EDUCATION,
LAW AND PUBLIC POLICY IN ARARAQUARA (SP)

PEREIRA, BRUNA BONIFÁCIO FÉLIX

Universidade De Araraquara – UNIARA

Araraquara, Brasil

bruna.felix@uniara.edu.com

TENÓRIO, VALQUÍRIA PEREIRA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Matão, IFSP

Matão, Brasil

valquiriatenorio@gmail.com

RESUMO

Objetivo do Estudo: Analisar o racismo estrutural como conflito institucional nos âmbitos educacional e jurídico, a partir da atuação do Centro de Referência Afro “Mestre Jorge”, em Araraquara (SP), investigando como suas práticas contribuem para a gestão de conflitos raciais e para a promoção da igualdade racial. **Metodologia/abordagem:** Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, diretrizes educacionais e documentos institucionais, à luz da teoria do racismo estrutural e da gestão de conflitos. **Originalidade/Relevância:** Propõe interpretar o racismo estrutural, analisando a atuação de um centro de referência afro como mecanismo de mediação e prevenção em nível municipal. **Principais resultados:** Evidencia-se o papel estratégico do Centro na formação de educadores, no acolhimento jurídico e psicossocial de vítimas e na promoção de práticas institucionais de responsabilização, transformando conflitos naturalizados em reconhecidos. **Contribuições teóricas/metodológicas:** Amplia o diálogo entre Direito, Educação e Gestão de Conflitos ao demonstrar o potencial de dispositivos locais como tecnologias institucionais de mediação. **Contribuições sociais/para a gestão:** Oferece subsídios para políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo no ambiente educacional.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Gestão de conflitos; Educação antirracista; Políticas públicas; Igualdade racial.

ABSTRACT

Study Objective: To analyze structural racism as an institutional conflict within educational and legal contexts, based on the activities of the Afro Reference Center “Mestre Jorge” in Araraquara (SP), investigating how its practices contribute to the management of racial conflicts and the promotion of racial equality. **Methodology/approach:** Qualitative research with a descriptive-analytical nature, based on bibliographic review and documentary analysis of legislation, educational guidelines, and institutional documents, interpreted in light of structural racism theory and conflict management. **Originality/Relevance:** Interpreting structural racism, analyzing the role of an Afro reference center as a mechanism for mediation and prevention at the municipal level. **Main results:** The findings highlight the Center’s strategic role in educator training, legal and psychosocial support for victims, and the promotion of institutional accountability practices, transforming naturalized conflicts into recognized ones. **Theoretical/methodological contributions:** Expands the dialogue between Law, Education, and Conflict Management by demonstrating the potential of local initiatives as institutional technologies for mediation. **Social/management contributions:** Provides support for public policies aimed at racial equity and the fight against racism in the educational environment.

Keywords: Structural racism; Conflict management; Anti-racist education; Public policies; Racial equality.



1 INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil constitui um fenômeno histórico, estrutural e institucional, profundamente enraizado na formação social do país e diretamente relacionado ao modo como se organizaram as relações de poder desde o período colonial. A escravidão, enquanto sistema econômico e social, não apenas explorou a força de trabalho da população negra, mas também produziu hierarquias raciais que permaneceram mesmo após a abolição formal. A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão da população negra no período pós-abolicionista contribuiu para a consolidação de desigualdades que se reproduzem até os dias atuais, especialmente no acesso à educação, à justiça e às oportunidades sociais. Nesse sentido, o racismo pode ser compreendido também como uma forma persistente de conflito social e institucional, que atravessa as relações sociais e desafia os mecanismos de regulação, mediação e garantia de direitos.

Apesar dos avanços normativos e do reconhecimento jurídico do racismo como violação de direitos fundamentais, a população negra continua sendo afetada por desigualdades persistentes, especialmente no campo educacional e no acesso à justiça (Almeida, 2019). Essas desigualdades não se limitam aos indicadores quantitativos, mas se manifestam nas experiências subjetivas de exclusão e nas formas de tratamento desigual, revelando como o racismo se inscreve no cotidiano e nas vivências individuais, muitas vezes por meio de práticas naturalizadas e silenciosas (Kilomba, 2019). O racismo, nesse sentido, atua como um sistema de produção de desigualdades que atravessa instituições, discursos e práticas cotidianas, configurando um campo de conflitos sociais complexos, frequentemente invisibilizados ou naturalizados no interior das instituições.

No ambiente escolar, essas dinâmicas se expressam de maneira complexa. Práticas pedagógicas, escolhas curriculares e modos de gestão institucional podem reforçar hierarquias raciais e produzir exclusões simbólicas, muitas vezes naturalizadas no cotidiano escolar desde as primeiras etapas da educação básica (Cavalleiro, 2000). A ausência de reconhecimento institucional do racismo, bem como a fragilidade dos mecanismos de responsabilização, dificultam o tratamento adequado dessas situações, contribuindo para a reprodução de conflitos raciais não mediados e não resolvidos no cotidiano escolar. Assim, o racismo institucional manifesta-se tanto por ações diretas



quanto por omissões, fragilizando a proteção de direitos e evidenciando limites importantes na gestão desses conflitos.

A educação ocupa posição central nesse processo, pois atua simultaneamente como espaço de reprodução e de enfrentamento das desigualdades raciais. A promulgação da Lei nº 10.639/03 representou um marco relevante, ao reconhecer a centralidade da história e cultura afro-brasileira. No entanto, a distância entre a legislação e a prática evidencia que a efetivação desse dispositivo exige não apenas sua existência formal, mas a construção de mecanismos institucionais capazes de prevenir, mediar e enfrentar conflitos raciais no cotidiano escolar.

Estudos indicam que a implementação da referida legislação ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, à escassez de materiais e à ausência de acompanhamento sistemático (Bispo & Silva, 2022). Soma-se a isso a fragilidade dos mecanismos institucionais de responsabilização, o que contribui para a naturalização dessas práticas e para a dificuldade de construção de respostas pedagógicas e jurídicas consistentes. Nesse contexto, a literatura tem avançado na compreensão do racismo estrutural, porém ainda são incipientes os estudos empíricos que analisam, em nível local, como instituições públicas operam concretamente na mediação e gestão de conflitos raciais, especialmente na interface entre educação e direito.

A compreensão dessas dinâmicas exige atenção às especificidades territoriais. Em Araraquara (SP), a história da população negra revela práticas culturais e estratégias de resistência que desafiaram hierarquias raciais locais. Pesquisas de Tenório (2005; 2006; 2013) demonstram que manifestações como o Baile do Carmo constituíram espaços de afirmação identitária e resistência simbólica. Tais práticas, entretanto, foram tensionadas por discursos racializados que legitimaram processos de exclusão e influenciaram políticas públicas e práticas institucionais. Nesse cenário, a memória e a cultura negra assumem papel central não apenas na compreensão das desigualdades, mas também na construção de respostas institucionais voltadas ao enfrentamento e à gestão de conflitos raciais contemporâneos.

É nesse contexto que se insere o Centro de Referência Afro “Mestre Jorge”, criado em 2006 como espaço institucional de enfrentamento ao racismo estrutural em Araraquara. Ao articular ações educativas, jurídicas e socioculturais, o Centro atua como instância mediadora entre demandas sociais e políticas públicas, contribuindo para a



prevenção, o reconhecimento e a gestão de conflitos raciais em nível local. Diante disso, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado nos seguintes termos: de que maneira as práticas e ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Afro “Mestre Jorge” operam como mecanismos institucionais de gestão de conflitos raciais e qual é o seu impacto na efetivação do direito à igualdade racial, especialmente no campo educacional?

O objetivo geral consiste em analisar a atuação do Centro enquanto dispositivo institucional de gestão de conflitos raciais, examinando suas práticas e seus efeitos na promoção da igualdade racial. Como objetivos específicos, busca-se: (i) compreender as bases teóricas do racismo estrutural e sua relação com conflitos institucionais; (ii) analisar as práticas educativas, jurídicas e socioculturais desenvolvidas pelo Centro; (iii) avaliar seus impactos na mediação e enfrentamento de conflitos raciais no contexto educacional; e (iv) identificar contribuições para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à equidade racial. Para tanto, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, permitindo examinar as práticas institucionais do Centro à luz das teorias do racismo estrutural e da gestão de conflitos. Em que pese, essas proposições, este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico sobre racismo estrutural, educação e direito. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos. A quarta seção analisa a atuação do Centro de Referência Afro “Mestre Jorge”. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2 RACISMO ESTRUTURAL E GESTÃO DE CONFLITOS INSTITUCIONAIS: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E DIREITO

A noção de racismo estrutural permite compreender o racismo como um fenômeno que ultrapassa a dimensão individual, sendo constitutivo das relações sociais, das instituições e das formas de organização do Estado. Essa perspectiva evidencia que o racismo se reproduz por meio de normas, práticas e discursos que, muitas vezes, não se apresentam de forma explícita, mas produzem efeitos concretos na distribuição desigual de direitos e oportunidades. No campo educacional, essa compreensão é



fundamental para identificar como as desigualdades raciais são produzidas e mantidas no cotidiano das instituições escolares.

A escola, enquanto espaço de socialização e produção de conhecimento, desempenha papel central na construção de identidades e na reprodução de valores sociais. Práticas pedagógicas, critérios de avaliação, conteúdos curriculares e formas de gestão institucional podem operar como mecanismos de inclusão ou exclusão, influenciando diretamente a construção da identidade negra no ambiente escolar (Gomes, 2002). O racismo institucional manifesta-se, nesse contexto, tanto na invisibilização das contribuições da população negra quanto na dificuldade das instituições em reconhecer e enfrentar situações de discriminação racial. Essa dinâmica afeta diretamente as trajetórias escolares de estudantes negros, influenciando seu desempenho, autoestima e permanência na escola.

A invisibilização da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares constitui uma das expressões mais persistentes do racismo institucional, impactando diretamente a construção da identidade de estudantes negros e a forma como se reconhecem no espaço escolar (Gomes, 2002). Ao privilegiar narrativas eurocentradas e marginalizar as experiências negras, a escola contribui para a reprodução de hierarquias simbólicas que colocam a população branca como referência universal. Embora a legislação reconheça a obrigatoriedade do ensino dessas temáticas, observa-se que sua implementação ainda ocorre de forma fragmentada e, muitas vezes, desvinculada de um projeto pedagógico antirracista consistente (Bispo & Silva, 2022).

A literatura afro-brasileira assume papel estratégico nesse processo, ao possibilitar a reconstrução de narrativas históricas silenciadas e a valorização da identidade negra. Ao apresentar personagens negros complexos, trajetórias marcadas por resistência e experiências historicamente invisibilizadas, essas obras ampliam o repertório cultural dos estudantes e contribuem para a construção de uma educação mais plural e inclusiva (Cavalcante, 2017). A incorporação dessas produções no cotidiano escolar fortalece práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da diversidade e com a superação das desigualdades raciais.

Do ponto de vista jurídico, o racismo configura violação direta de princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade material e o direito à educação. No entanto, a forma como as instituições escolares lidam com situações de



racismo revela limites importantes na efetivação desses direitos. Episódios de discriminação racial frequentemente são minimizados, desconsiderados ou tratados como conflitos interpessoais, o que dificulta o acesso à justiça e a responsabilização institucional (Moreira, 2019). Essa abordagem restritiva contribui para a revitimização das pessoas afetadas e para a manutenção de um ambiente escolar pouco comprometido com a equidade racial.

A articulação entre educação e direito torna-se, portanto, indispensável para o enfrentamento do racismo estrutural. O reconhecimento do racismo como problema institucional exige a construção de respostas que envolvam acolhimento das vítimas, registro adequado das ocorrências, responsabilização das instituições e adoção de medidas pedagógicas que promovam a transformação das práticas escolares. Essa perspectiva amplia o papel da escola, que deixa de ser apenas espaço de ensino e passa a assumir responsabilidade na garantia de direitos e na promoção da justiça social.

2.1 Memória, Cultura Negra e Resistência em Araraquara

A memória coletiva e as práticas culturais da população negra constituem elementos fundamentais para a compreensão das formas de resistência ao racismo estrutural. Em Araraquara, estudos de Tenório (2005; 2013) evidenciam que o Baile do Carmo funcionou como espaço privilegiado de sociabilidade negra, no qual se construía identidades, afetividades e redes de apoio comunitário.

Essas práticas culturais podem ser compreendidas como formas de resistência cotidiana, que tensionavam os limites impostos pelas estruturas raciais excludentes, articulando memória, religiosidade e identidade coletiva da população negra (Brasileiro, 2020). Ao ocupar espaços simbólicos e sociais negados à população negra, esses eventos reafirmavam o direito à existência, à memória e à dignidade. Contudo, conforme analisa Tenório (2006), tais iniciativas foram historicamente alvo de discursos estigmatizantes produzidos pelas elites locais, que associavam a população negra à desordem moral e social, legitimando processos de exclusão.

A incorporação dessas memórias no campo educacional e jurídico revela-se fundamental para o enfrentamento do racismo institucional. Ao reconhecer a centralidade da cultura e da memória negra na história local, amplia-se a possibilidade



de construção de práticas pedagógicas e políticas públicas comprometidas com a justiça racial.

3 METODOLOGIA

O Este estudo configura-se como pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-analítica, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental, com orientação interpretativa e crítica, fruto de iniciação científica da Universidade de Araraquara, sob orientação do Professor Doutor Edmundo Alves de Oliveira. Tal delineamento é coerente com o objetivo de compreender, em profundidade, as práticas institucionais desenvolvidas pelo Centro de Referência Afro “Mestre Jorge” e seus efeitos no enfrentamento ao racismo em nível local, considerando que a problemática investigada envolve processos simbólicos, normativos e pedagógicos que não se deixam capturar adequadamente por mensurações exclusivamente quantitativas. Assim, a abordagem qualitativa permite apreender sentidos, racionalidades institucionais, intencionalidades políticas e formas de organização das ações, situando-as no campo mais amplo das políticas públicas de promoção da igualdade racial e da educação das relações étnico-raciais.

A pesquisa foi estruturada em duas frentes complementares. A primeira consistiu em mapeamento e sistematização bibliográfica sobre racismo estrutural, educação antirracista, políticas de igualdade racial, decolonialidade e relações étnico-raciais, com vistas a construir um arcabouço teórico capaz de sustentar a leitura das práticas do Centro enquanto tecnologia social e institucional de enfrentamento às desigualdades raciais. A segunda frente concentrou-se na análise documental, entendida como procedimento metodológico que possibilita examinar registros formais e normativos enquanto expressões de uma determinada historicidade institucional e de disputas políticas por reconhecimento e direitos.

O corpus foi constituído por livros, artigos científicos, relatórios, materiais técnico-institucionais e documentos públicos vinculados às ações do Centro, bem como por legislações e diretrizes oficiais que balizam a política antirracista no Brasil. Foram consultadas bases reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, priorizando produções consolidadas e trabalhos recentes que discutem a implementação de políticas raciais e o papel de instituições locais na mediação entre



Estado e sociedade civil. No campo normativo, destacam-se como referenciais o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), compreendidas como instrumentos centrais para a institucionalização de práticas pedagógicas comprometidas com a superação do racismo e com a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana.

Os dados foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), seguindo as etapas clássicas de (i) pré-análise (leitura flutuante, delimitação do corpus e formulação de hipóteses interpretativas), (ii) exploração do material (codificação e construção de categorias) e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A categorização foi orientada pela literatura e pelos objetivos do estudo, permitindo estruturar eixos analíticos relacionados a: (a) educação e formação antirracista; (b) acolhimento, justiça e responsabilização institucional; (c) identidade, estética negra e gênero; e (d) articulação com políticas públicas e redes locais. Esse procedimento possibilitou identificar recorrências e padrões discursivos, bem como compreender como determinadas práticas se conectam a marcos legais, a repertórios pedagógicos e a estratégias sociopolíticas de resistência.

Como pesquisa baseada em fontes bibliográficas e documentais, este trabalho não envolveu coleta de dados com participantes humanos. Ainda assim, adotou-se rigor acadêmico na seleção, organização e interpretação do material analisado, respeitando critérios de rastreabilidade das fontes, coerência teórico-metodológica e consistência argumentativa, conforme exigências de produção científica em periódicos de alto impacto.

4 GESTÃO DE CONFLITOS RACIAIS: ATUAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA AFRO “MESTRE JORGE”

A atuação do Centro de Referência Afro “Mestre Jorge” organiza-se a partir de eixos estratégicos interdependentes, articulando educação, direito e políticas públicas como dimensões fundamentais para a efetivação de ações antirracistas no território. Essa configuração evidencia uma compreensão ampliada do racismo como fenômeno estrutural e institucional, que se expressa simultaneamente na cultura escolar, no acesso desigual à justiça, na produção de estigmas e na reprodução cotidiana de



hierarquias raciais. Desse modo, o Centro opera como instância mediadora entre demandas da população negra, redes comunitárias e mecanismos formais do Estado, contribuindo para a construção de respostas institucionais que combinam prevenção, formação, acolhimento e incidência política.

4.1 Gestão de conflitos raciais no campo educacional: formação continuada e práticas pedagógicas

No campo educacional, as ações do Centro concentram-se em espaços institucionais de formação continuada, especialmente em HTPCs e ATPCs, reconhecendo a escola como um locus central de disputa simbólica e política em torno da produção de conhecimentos, currículos e identidades. Essa centralidade não decorre apenas da função pedagógica da escola, mas de seu papel estruturante na formação de valores sociais, na reprodução de padrões culturais e na legitimação de determinadas narrativas históricas. Nesse contexto, a escola se apresenta como um espaço privilegiado tanto para a reprodução quanto para o enfrentamento das desigualdades raciais. A aposta metodológica em rodas de conversa, escuta ativa e práticas dialógicas indica a valorização de estratégias pedagógicas horizontais, que rompem com modelos tradicionais de ensino e promovem maior participação dos sujeitos envolvidos. Tais estratégias favorecem a construção coletiva de repertórios críticos, ampliando a capacidade dos profissionais da educação de compreenderem o racismo em suas múltiplas dimensões e de atuarem de forma mais qualificada no cotidiano escolar.

Ao mobilizar uma perspectiva decolonial, as ações desenvolvidas pelo Centro tensionam narrativas eurocentradas historicamente consolidadas no ambiente escolar, promovendo deslocamentos curriculares que favorecem a inserção crítica de histórias e epistemologias afro-diaspóricas. Esse movimento não se limita à inclusão de novos conteúdos, mas implica uma reconfiguração das formas de produzir e legitimar o conhecimento, questionando hierarquias epistêmicas e ampliando a pluralidade de referências culturais no espaço educativo. Nesse sentido, a formação continuada assume um papel que vai além da atualização técnica, constituindo-se como um processo de reorientação ética e política da prática docente. Ao fomentar reflexões críticas sobre desigualdade racial, identidade e pertencimento, essas ações contribuem para o desenvolvimento de uma postura pedagógica mais sensível às diferenças e



comprometida com a equidade. Assim, amplia-se a capacidade das equipes escolares de reconhecerem manifestações de racismo, tanto em suas formas explícitas quanto nas suas expressões mais sutis e naturalizadas.

Sob a perspectiva da gestão de conflitos, essas práticas assumem papel estratégico ao contribuir para o reconhecimento do racismo como conflito institucional, deslocando sua compreensão do âmbito estritamente interpessoal para o campo das relações estruturais. Esse reposicionamento é fundamental, pois permite que situações de discriminação deixem de ser tratadas como episódios isolados e passem a ser compreendidas como parte de dinâmicas mais amplas de desigualdade e exclusão. Ao qualificar os profissionais da educação para identificar, nomear e intervir em tais situações, o Centro fortalece a capacidade institucional das escolas de lidar com conflitos de forma mais estruturada e consciente. Esse processo favorece a construção de respostas pedagógicas mais consistentes, capazes de mediar tensões, prevenir a intensificação de conflitos e promover práticas educativas orientadas pela inclusão e pelo reconhecimento das diferenças. Desse modo, a formação continuada contribui não apenas para a resolução de conflitos já existentes, mas também para a sua prevenção no cotidiano escolar.

Além disso, o Centro atua na consolidação de uma agenda educacional alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, contribuindo para que a política antirracista se traduza em práticas institucionais contínuas e não apenas em orientações normativas formais. A incorporação dessas diretrizes no cotidiano escolar exige não apenas conhecimento técnico, mas também compromisso institucional e articulação entre diferentes atores da comunidade educativa. Nesse sentido, a atuação em espaços formativos favorece a capilarização das discussões, alcançando professores, gestores e demais profissionais da educação. Esse processo amplia a capacidade das escolas de desenvolver estratégias estruturadas de gestão de conflitos raciais, incorporando tais práticas ao projeto político-pedagógico e às rotinas institucionais. Assim, o Centro contribui para a construção de ambientes escolares mais preparados para lidar com conflitos de forma crítica, reflexiva e transformadora, promovendo não apenas intervenções pontuais, mas mudanças estruturais nas práticas educativas.



4.2 Mediação e gestão de conflitos raciais no âmbito jurídico-institucional: acesso à justiça e responsabilização

No eixo jurídico, destaca-se o projeto S.O.S Racismo, que oferece suporte jurídico e psicológico às vítimas de discriminação racial, constituindo-se como ação estruturante para reduzir barreiras de acesso à justiça e enfrentar a subnotificação de violências raciais (ALESP, 2025). Tal iniciativa revela-se fundamental em um contexto no qual grande parte das ocorrências de racismo não chega às instâncias formais de registro, seja por desconhecimento dos direitos, seja por medo, descrédito institucional ou naturalização das práticas discriminatórias. Ao articular acolhimento, orientação e encaminhamento, o projeto opera tanto no nível individual, oferecendo suporte direto a sujeitos vitimados, quanto no plano coletivo, ao contribuir para a produção de visibilidade pública do racismo e para a responsabilização de instituições e agentes envolvidos (Almeida, 2019). Dessa forma, sua atuação amplia as possibilidades de acesso à justiça e fortalece mecanismos institucionais de enfrentamento às desigualdades raciais.

Essa dimensão revela-se particularmente relevante em contextos nos quais o racismo se manifesta de forma institucionalizada, muitas vezes naturalizado ou reduzido à categoria de “conflito interpessoal”. Nesses casos, a ausência de reconhecimento institucional impede que as situações sejam tratadas como violações de direitos, dificultando a adoção de medidas adequadas de enfrentamento. Ao formalizar denúncias e estruturar percursos de atendimento, o Centro contribui para reconfigurar o modo como esses conflitos são percebidos, deslocando-os do âmbito privado para o campo jurídico e institucional. Esse processo é essencial para romper o silêncio social que frequentemente acompanha a violência racial, criando condições para que tais experiências sejam legitimadas enquanto demandas coletivas e tratadas de forma sistemática. Assim, o reconhecimento do racismo como conflito institucional constitui passo fundamental para sua adequada gestão e para a construção de respostas mais efetivas.

Sob a perspectiva da gestão de conflitos, o projeto S.O.S Racismo atua como mecanismo de mediação institucional, ao estabelecer canais formais de escuta, registro e encaminhamento das demandas. A mediação, nesse contexto, não se restringe à resolução imediata de conflitos, mas envolve também a construção de processos que



permitam compreender suas causas estruturais e suas implicações sociais. Ao acolher as vítimas e orientar os encaminhamentos jurídicos cabíveis, o Centro contribui para a qualificação das demandas e para a redução de assimetrias de poder que dificultam o acesso à justiça. Esse processo fortalece a capacidade institucional de lidar com conflitos raciais de maneira mais organizada, evitando soluções improvisadas ou inadequadas e promovendo intervenções mais consistentes e alinhadas aos princípios de direitos humanos.

Além disso, ao acompanhar os casos e promover a responsabilização de agentes e instituições, o Centro contribui para a construção de uma cultura institucional baseada na accountability, elemento central para a prevenção de novos conflitos. A responsabilização não apenas responde a situações específicas, mas também produz efeitos pedagógicos, ao sinalizar que práticas discriminatórias não serão toleradas. Nesse sentido, a atuação do Centro articula dimensões preventivas e corretivas da gestão de conflitos, operando tanto na resolução de casos concretos quanto na transformação das práticas institucionais que lhes dão origem. Trata-se, portanto, de uma intervenção que ultrapassa o atendimento individual e incide sobre estruturas mais amplas de desigualdade.

A atuação do S.O.S Racismo também se articula a uma tradição histórica de mobilização da população negra no município, atualizando práticas de resistência por meio de instrumentos institucionais e políticas públicas. Essa articulação evidencia que a gestão de conflitos raciais não pode ser compreendida apenas a partir de dispositivos formais do Estado, mas deve considerar também a atuação de movimentos sociais e redes comunitárias. Nesse sentido, o Centro não substitui essas iniciativas, mas dialoga com elas, potencializando sua capacidade de incidência e ampliando o alcance das políticas públicas.

Ao aproximar as instituições públicas das demandas concretas da comunidade, o Centro contribui para reduzir distâncias históricas entre Estado e população negra, favorecendo a construção de relações mais legítimas e responsivas. Essa aproximação é fundamental para a gestão de conflitos, na medida em que fortalece a confiança nas instituições e amplia a disposição dos sujeitos em buscar soluções formais para suas demandas. Assim, a atuação do Centro evidencia que a mediação de conflitos raciais



exige não apenas instrumentos jurídicos, mas também estratégias de escuta, reconhecimento e diálogo, capazes de articular diferentes níveis de intervenção.

Por fim, ao integrar acolhimento, orientação jurídica e articulação institucional, o projeto S.O.S Racismo configura-se como uma tecnologia social de gestão de conflitos raciais, que opera simultaneamente na mediação, na resolução e na prevenção de situações de discriminação. Sua atuação demonstra que o enfrentamento do racismo no âmbito jurídico-institucional demanda abordagens interdisciplinares e institucionalmente comprometidas, capazes de transformar conflitos historicamente invisibilizados em demandas reconhecidas e tratadas de forma estruturada. Dessa maneira, o Centro contribui para o fortalecimento do acesso à justiça e para a construção de um ambiente institucional mais equitativo e sensível às questões raciais.

4.3 Dimensão sociocultural na gestão de conflitos raciais: identidade, estética e resistência

No campo sociocultural, o Centro desenvolve ações voltadas ao fortalecimento identitário e à valorização de referências afro-brasileiras, compreendendo que o racismo atua também na dimensão simbólica das relações sociais. Essa dimensão manifesta-se por meio da desqualificação de estéticas negras, da negação de pertencimentos e da produção de subjetividades marcadas pela inferiorização, o que evidencia que o racismo não se restringe a práticas institucionais formais, mas atravessa processos culturais e simbólicos profundamente enraizados. Nesse sentido, o enfrentamento ao racismo exige intervenções que ultrapassem o campo jurídico e educacional, alcançando também as esferas da identidade, da memória e da cultura. Ao reconhecer essa complexidade, o Centro incorpora estratégias que visam à reconstrução de referências positivas e à valorização da experiência negra como elemento central na produção de pertencimento e dignidade.

Desse modo, iniciativas que valorizam a cultura negra, a memória coletiva e a produção intelectual afro-diaspórica configuram-se como dispositivos fundamentais de reconstrução positiva da identidade. Essas ações contribuem para a ressignificação de trajetórias historicamente marcadas por processos de exclusão e invisibilização, possibilitando a emergência de narrativas que afirmam a centralidade da população negra na formação social brasileira. Ao promover o acesso a referências culturais



diversas e historicamente silenciadas, o Centro amplia o repertório simbólico dos sujeitos, favorecendo a construção de identidades mais autônomas e menos subordinadas a padrões hegemônicos. Esse processo é essencial para o enfrentamento do racismo internalizado, que opera muitas vezes de forma silenciosa, influenciando percepções de si e do outro.

Sob a perspectiva da gestão de conflitos, tais iniciativas assumem papel estratégico ao atuar na dimensão preventiva dos conflitos raciais, incidindo sobre suas bases simbólicas e culturais. Ao fortalecer a autoestima, o reconhecimento e o pertencimento, o Centro contribui para reduzir tensões decorrentes da negação identitária e da desvalorização social, que frequentemente se manifestam em forma de conflitos no ambiente escolar e institucional. Nesse sentido, a atuação sociocultural não se limita à valorização estética ou cultural, mas constitui uma intervenção estruturante na forma como os sujeitos percebem e vivenciam as relações raciais. Ao promover reconhecimento simbólico, cria-se um ambiente mais propício ao diálogo, à mediação e à construção de relações mais equitativas.

Nesse eixo, ganham centralidade as discussões sobre gênero e estética negra, especialmente no que se refere às experiências de mulheres negras, que ocupam posição específica na interseção entre racismo e sexismo, evidenciando como diferentes sistemas de opressão se articulam na produção das desigualdades sociais (Collins & Bilge, 2021). A valorização da estética negra, conforme argumentam Tenório e Pereira (2021), constitui prática política de resistência, na medida em que confronta padrões hegemônicos de branquitude e redefine parâmetros de beleza e reconhecimento social. Ao tensionar essas normas, tais práticas contribuem para a desconstrução de hierarquias simbólicas e para a ampliação das possibilidades de existência e representação da população negra.

A incorporação dessas reflexões pelo Centro evidencia o reconhecimento de que o racismo opera também na dimensão subjetiva, afetando a forma como os sujeitos se percebem e se posicionam no mundo. Ao desenvolver ações voltadas à valorização da estética e da identidade negra, o Centro contribui para o fortalecimento da autoestima e para a construção de referências positivas, especialmente entre estudantes e mulheres negras. Esse processo é fundamental para a redução de conflitos que



emergem de processos de inferiorização simbólica, muitas vezes internalizados e reproduzidos nas interações sociais.

Além disso, tais ações promovem a ampliação de repertórios culturais e estéticos no ambiente escolar e institucional, favorecendo a construção de espaços mais inclusivos e plurais. Ao inserir novas referências no cotidiano das instituições, o Centro contribui para a transformação de práticas e discursos que historicamente reforçaram a exclusão e a marginalização da população negra. Essa transformação não ocorre de forma imediata, mas constitui um processo contínuo de ressignificação das relações sociais e culturais.

A dimensão sociocultural da atuação do Centro evidencia, portanto, que a gestão de conflitos raciais exige abordagens que considerem não apenas os aspectos normativos e institucionais, mas também as dimensões simbólicas e subjetivas que sustentam esses conflitos. Ao atuar na valorização da identidade, da estética e da memória, o Centro contribui para a prevenção de conflitos e para a construção de relações sociais mais equitativas e respeitadas.

Por fim, ao articular cultura, identidade e resistência, o Centro reafirma que o enfrentamento ao racismo envolve também a reconstrução de sentidos e significados atribuídos à experiência negra. Essa atuação demonstra que a gestão de conflitos raciais passa necessariamente pela transformação das bases simbólicas que sustentam a desigualdade, evidenciando a importância de estratégias que integrem dimensões culturais, educativas e políticas na promoção da justiça racial.

4.4 Governança e políticas públicas na gestão de conflitos raciais

A atuação do Centro expressa, ainda, uma dimensão de governança e articulação intersetorial, na medida em que suas ações dialogam com diferentes agendas públicas, como educação, assistência social, direitos humanos, cultura e justiça. Essa articulação evidencia uma compreensão ampliada do racismo como problema público complexo, que não pode ser enfrentado por meio de intervenções isoladas ou setoriais. Ao integrar múltiplos campos de atuação, o Centro contribui para a construção de respostas mais abrangentes, capazes de considerar a multiplicidade de fatores que estruturam as desigualdades raciais. Nesse sentido, a governança intersetorial aparece como



elemento central para a organização de políticas públicas mais eficazes, que articulem diferentes saberes, instituições e práticas em torno de objetivos comuns.

Essa transversalidade é decisiva para enfrentar o racismo como fenômeno que atravessa instituições, políticas e práticas sociais, exigindo respostas coordenadas e contínuas. Ao operar em rede e mobilizar diferentes setores, o Centro amplia a capacidade institucional de construir respostas sustentáveis e territorialmente situadas, ajustadas às especificidades do contexto local. Essa atuação em rede favorece o compartilhamento de informações, a articulação de estratégias e a construção de fluxos institucionais mais eficientes para o atendimento das demandas relacionadas ao racismo. Além disso, contribui para reduzir a fragmentação das políticas públicas, fortalecendo a integração entre diferentes áreas e ampliando o alcance das ações desenvolvidas.

Sob a perspectiva da gestão de conflitos, essa articulação intersetorial desempenha papel fundamental na mediação e na prevenção de conflitos raciais, ao permitir a atuação coordenada de diferentes instituições diante de situações complexas. A integração entre educação, sistema de justiça, assistência social e outras áreas possibilita a construção de respostas mais completas, que consideram não apenas os aspectos imediatos do conflito, mas também suas causas estruturais. Dessa forma, a governança em rede contribui para qualificar a gestão de conflitos, evitando soluções fragmentadas e promovendo intervenções mais consistentes e eficazes.

À luz do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), pode-se compreender o Centro como um dispositivo local de implementação de princípios de igualdade e de promoção de direitos, inserido no contexto das políticas públicas voltadas à equidade racial. Sua atuação evidencia como diretrizes normativas podem ser operacionalizadas no plano concreto, por meio de práticas institucionais que articulam diferentes dimensões da ação pública. Nesse sentido, o Centro atua como mediador entre a normativa legal e a realidade social, contribuindo para a efetivação de direitos e para a redução de desigualdades.

A materialização dessas políticas ocorre por meio de ações que combinam formação, acolhimento, orientação e articulação institucional, evidenciando a necessidade de abordagens integradas no enfrentamento ao racismo. Ao atuar simultaneamente em diferentes frentes, o Centro amplia sua capacidade de incidência,



contribuindo para a construção de respostas mais abrangentes e alinhadas às demandas da população. Esse caráter multifacetado de sua atuação reforça a compreensão de que a gestão de conflitos raciais exige intervenções que articulem diferentes níveis de atuação, do individual ao institucional.

Além disso, a atuação do Centro tende a produzir impactos que extrapolam atendimentos pontuais, ao incidir sobre práticas institucionais e processos formativos. Ao promover a formação de profissionais, o acolhimento de vítimas e a valorização da identidade negra, o Centro contribui para a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades raciais. Esse processo evidencia que a gestão de conflitos não se limita à resolução de situações específicas, mas envolve também a construção de condições institucionais que previnam a ocorrência de novos conflitos.

Nesse contexto, o Centro opera simultaneamente nos planos da prevenção, da intervenção e da transformação institucional, configurando-se como uma instância estratégica de governança local. Sua atuação demonstra que políticas públicas voltadas à equidade racial podem desempenhar papel central na gestão de conflitos sociais, ao promover reconhecimento, responsabilização e reorganização das práticas institucionais. Essa abordagem integrada fortalece a capacidade do Estado de responder a demandas complexas, contribuindo para a construção de um sistema mais justo e inclusivo.

Por fim, ao reforçar a centralidade das políticas públicas locais no combate ao racismo, a atuação do Centro evidencia a importância de iniciativas territorialmente situadas na gestão de conflitos raciais. A proximidade com a comunidade permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e das demandas específicas, favorecendo a construção de respostas mais adequadas e eficazes. Dessa forma, a governança local assume papel fundamental na promoção da justiça racial, articulando diferentes atores e estratégias em torno de um objetivo comum: a superação das desigualdades e a construção de relações sociais mais equitativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu do reconhecimento de que o racismo estrutural e institucional permanece como um dos principais entraves à efetivação do direito à educação e à igualdade racial no Brasil, manifestando-se de forma persistente no cotidiano das



instituições escolares. Conforme problematizado na introdução, embora existam avanços normativos e marcos legais voltados à promoção da equidade racial, observa-se uma distância significativa entre a legislação e as práticas institucionais, especialmente no que se refere ao reconhecimento, à mediação e à adequada gestão dos conflitos raciais no ambiente educacional. Nesse contexto, o estudo buscou analisar as práticas e ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Afro “Mestre Jorge”, em Araraquara, compreendendo seu papel como dispositivo institucional de gestão de conflitos raciais e seu impacto na efetivação do direito à igualdade racial.

Em resposta ao problema de pesquisa proposto, os resultados evidenciam que as ações desenvolvidas pelo Centro contribuem de forma consistente para a ampliação da compreensão do racismo institucional por parte das comunidades escolares. As formações continuadas, os acompanhamentos técnicos e as intervenções pedagógicas favoreceram o reconhecimento do racismo como fenômeno estrutural e como conflito institucional, deslocando compreensões restritas que o tratavam como episódios isolados ou conflitos interpessoais. Esse avanço conceitual mostrou-se fundamental para a construção de respostas institucionais mais responsáveis, capazes de mediar tensões, prevenir a intensificação de conflitos e promover práticas educativas comprometidas com a equidade.

No que se refere à dimensão jurídico-institucional, os achados confirmam a relevância de espaços institucionais que atuem no acolhimento, na escuta qualificada e no acompanhamento das vítimas de discriminação racial. A atuação do projeto S.O.S Racismo evidenciou avanços importantes na estruturação de mecanismos de acesso à justiça e na formalização de denúncias, contribuindo para a responsabilização institucional e para o tratamento mais adequado dos conflitos raciais. Ao articular dimensões educativas, jurídicas e psicossociais, o Centro reafirma o direito não apenas como instrumento punitivo, mas como mecanismo de mediação, reconhecimento e transformação dos conflitos, respondendo a lacunas historicamente presentes nas políticas públicas.

No plano educacional, em consonância com a justificativa acadêmica apresentada na introdução, o estudo demonstra que as práticas desenvolvidas pelo



Centro fortalecem a implementação de uma educação antirracista comprometida com a valorização da história, da cultura e das identidades negras. Ao dialogar com a memória histórica e cultural da população negra araraquarense, as ações analisadas contribuem para a construção de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades territoriais, favorecendo a prevenção de conflitos e a construção de ambientes escolares mais inclusivos. O fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento e da segurança emocional de estudantes negros evidencia que a educação antirracista atua também na dimensão preventiva da gestão de conflitos raciais.

No que se refere à governança e às políticas públicas, a análise aponta que a atuação articulada do Centro com diferentes setores institucionais potencializa a capacidade de enfrentamento do racismo enquanto problema público complexo. A construção de redes colaborativas entre escolas, órgãos públicos e iniciativas comunitárias amplia a sustentabilidade das ações e fortalece a capacidade institucional de resposta aos conflitos raciais. Esse aspecto reforça a compreensão de que a gestão de conflitos raciais exige abordagens intersetoriais, contínuas e territorialmente situadas, que integrem diferentes dimensões da ação pública.

Quanto aos desafios enfrentados pelo Centro, identificam-se limites estruturais relacionados à necessidade de ampliação das formações continuadas, à consolidação de recursos institucionais e ao fortalecimento do compromisso das redes de ensino com as políticas de equidade racial. Tais desafios evidenciam que a gestão de conflitos raciais demanda não apenas iniciativas pontuais, mas o fortalecimento de estruturas institucionais capazes de sustentar ações de longo prazo. Nesse sentido, a efetividade das políticas públicas depende menos da existência formal de dispositivos legais e mais de sua operacionalização concreta e contínua nas instituições.

Do ponto de vista científico, este artigo contribui para o campo da gestão de conflitos ao evidenciar empiricamente o papel dos centros de referência afro como dispositivos institucionais de mediação, prevenção e enfrentamento de conflitos raciais. Ao articular formação pedagógica, acolhimento jurídico e valorização da memória histórica, a experiência do Centro de Referência Afro “Mestre Jorge” amplia o debate



sobre práticas institucionais de gestão de conflitos sociais complexos, oferecendo subsídios analíticos para pesquisas futuras e para o aprimoramento de políticas públicas.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar deve ser compreendido como um processo contínuo de gestão de conflitos institucionais, sustentado por práticas educativas, jurídicas e políticas articuladas. A experiência analisada reafirma a educação como espaço central de transformação social e o direito como instrumento de reconhecimento, mediação e garantia da dignidade e da igualdade racial. Ao responder de forma direta ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos, este estudo aponta para a necessidade de fortalecimento e ampliação de iniciativas semelhantes, capazes de estruturar, de maneira consistente e contínua, estratégias de gestão de conflitos raciais no contexto educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2025. SOS Racismo. <https://www.al.sp.gov.br/sos-racismo/conteudo/>
- Almeida, S. L. de. (2019). Racismo estrutural. Sueli Carneiro; Pólen.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Bispo, D. M. de S., & Silva, L. G. S. da. (2022). Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 1(1).
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2004). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Parecer CNE/CP nº 003/2004).
- Brasil. Ministério da Educação. (2006). Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. SECAD.
- Brasileiro, J. B. da S. (2020). Congo, Congado, Congadas: tradição cultural afro-brasileira de resistência ao racismo e discriminação nos tempos de diásporas e escravidão. *Em Tempo de Histórias*, 1(36).
- Cavalcante, F. C. A. L. (2017). Literatura afro-brasileira: Um processo de afirmação identitária e de resistência negra na poesia de Cuti. *Opiniões*, 10, 86–102.
- Cavalleiro, E. (2000). Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Contexto; Humanitas.



Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). Interseccionalidade. Boitempo.

Gomes, N. L. (2002). Educação e Identidade Negra. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, 9, 38-47. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>

Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. *Cobogó*.

Tenório, V. P. (2005). Memória e tradição: Lembranças do “Baile do Carmo”. *Cadernos CERU*, 16, 105–115.

Tenório, V. P. (2006). Festa e resistência: Recontando a história da população negra araraquarense a partir do “Baile do Carmo”. *Revista Versões*, 3, 95–106.

Tenório, V. P. (2013). Baile do Carmo: Memória, sociabilidade e identidade étnico-racial em Araraquara. *Nandyala*.

Tenório, V. P., & Pereira, F. A. da S. (2021). Sites of resistance: Black women and beauty in Brazilian communities of São Paulo and Bahia. In J. Hobson (Ed.), *The Routledge companion to Black women’s cultural histories* (pp. 321–332). Routledge.